



Intervenção na Saúde de Cuiabá é prorrogada até o final do ano

O desembargador Orlando de Almeida Perri, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), decidiu pela prorrogação da intervenção do Estado na Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá. A intervenção se encerraria no domingo (11), mas agora continuará

em vigência até o final de 2023. A decisão proferida no sábado, 10 de junho, atende ao pedido do procurador-geral de Justiça, Deodete Cruz Júnior, e seguiu o parecer do conselheiro Sérgio Ricardo, do Tribunal de Contas. Na decisão, Perri afirma que a interven-

ção já apresentou diversas melhorias no sistema de saúde de Cuiabá, entre elas a redução do tempo de espera por internação em casos de alta complexidade, que caiu de 30 dias para três dias

PÁG. 6

Lula: "não precisa mais invadir"

Gilberto Leite



O presidente Lula (PT) afirmou nesta terça-feira, 13 de junho, que pediu ao ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, para fazer um levantamento de todas as terras ociosas no país que ainda podem ser destinadas à reforma agrária. Alvo de críticas devido às invasões promovidas pelo Movimento dos Sem Terra (MST), Lula afirmou que não é mais preciso "invadir terra" nem "ter barulho" para fazer a reforma agrária. O presidente também afirmou que anunciará um novo Plano Safra nos próximos dias

PÁG. 7

Wilson recusa deixar Comissão de Ética

O deputado estadual Wilson Santos (PSD) disse que não tem interesse em sair da Comissão de Ética que vai julgar o deputado Gilberto Cattani (PL) por suposta quebra de decoro parlamentar. Nesta semana, Catta-

ni declarou que irá pedir para que o Colégio de Líderes reveja a indicação de Wilson para a comissão, sob o argumento de que o social-democrata é suspeito para julgá-lo

PÁG. 3

MT pode perder até R\$ 7 bi com reforma

A mudança na forma de arrecadação prevista pela reforma tributária fará Mato Grosso perder até 30% de sua arrecadação. A análise é do secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo, que prevê um prejuízo de até R\$ 7 bilhões para os cofres do governo estadual caso o texto seja aprovado da forma

como está. A perda na arrecadação acontecerá porque a reforma prevê a tributação no destino da mercadoria, e não mais no local de produção. Porém, Mato Grosso tem um mercado consumidor muito pequeno e é um dos maiores produtores do Brasil

PÁG. 5

Comissão de Ética da Assembleia tem 30 dias para julgar Cattani

Gilberto Leite

A Comissão de Ética da Assembleia Legislativa terá o prazo de 30 dias para apresentar uma manifestação acerca da representação contra o deputado estadual Gilberto Cattani (PL), por quebra de decoro parlamentar após comparações misóginas entre mulheres e vacas. Na segunda-feira, 12 de junho, os blocos parlamentares indicaram os nomes para analisar o caso. Foram escolhidos: Elizeu Nascimento (PL), Janaina Riva (MDB), Júlio Campos (União), Max Russi (PSB) e Wilson Santos (PSD). Em seguida, eles definirão quem vai ocupar os principais cargos.

PÁG. 4



Venda de veículos cresce 16% em maio

Maiο fechou no "compasso de espera" pelos incentivos do governo federal e, apesar de o saldo ter sido positivo no quinto mês do ano, os números precisam ser analisados com cautela para se compreender o acumulado do ano. Os

dados são da Fenabrave-MT (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores). O mês de maio fez frente a abril, com crescimento de 16,43%. Foram 9.453 unidades emplacadas contra 8.119 de abril

PÁG. 8

PL do Transporte Zero é ilegal, diz nota técnica do Ministério da Pesca

PÁG. 4

EDITORIAL

O futuro se constrói agora

São cada vez menores as chances de a humanidade evitar um desastre planetário decorrente das mudanças climáticas, cujos sintomas já começam a ser sentidos em várias partes do mundo, com secas e chuvas recordes. Para muitos, os riscos parecem distantes, como uma distopia cinematográfica, restrito aos fóruns de debates, universidades e organizações não governamentais. Esse ‘negacionismo climático’ é até compreensível, principalmente no Brasil, país tão abençoado com terras férteis e clima favorável para o cultivo, a terra onde “em se plantando, tudo

dá” como já relatava Pero Vaz de Caminha em sua primeira carta a Portugal.

Acontece que assim como o vírus que causou a pandemia de covid-19, as mudanças climáticas se aproximam de nós de forma praticamente imperceptível. E como já sabemos, a natureza se impõe sem piedade. Os efeitos da crise climática estão cada vez mais próximos e tendem a aumentar nos próximos anos, como uma doença que começa com uma pequena dorzinha e logo se torna insustentável. É o que aponta o relatório mais recente do Painel Intergovernamental sobre o Clima (IPCC),

relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste novo levantamento, a organização se dedicou a avaliar as vulnerabilidades naturais e socioeconômicas dos países às mudanças climáticas, em uma tentativa de se adiantar aos impactos regionais e traçar medidas para mitigá-los. E o cenário é nada alentador. A previsão geral para o globo é de uma queda na produção de alimentos, um problema e tanto para um mundo cuja população continua crescendo em ritmo acelerado.

Sobre a situação específica do Brasil, o IPCC aponta risco de queda substancial na produção agrícola, o que tende a aumentar a situação de insegurança alimentar em todo o

mundo. Em 2021, uma pesquisa da ONU apontou que 116,8 milhões de brasileiros (cerca de 55% da população) já lidavam com algum grau de insegurança alimentar, não por causa da seca ou das enchentes, mas por falta de dinheiro. As mudanças climáticas tendem a agravar esse problema.

O IPCC aponta ainda que há um risco crescente de uma crise humanitária devido à migração da população da região Nordeste, comumente afetada por eventos climáticos adversos, que devem se tornar cada vez mais frequentes. Os ‘refugiados do clima’ vão disputar trabalho, moradia e alimentos mais ao sul, aumentando a pressão sobre as terras agricultáveis do país.

Essa é a realidade prevista



para o Brasil, se nada for feito para mudá-la. Seguimos como um carro desgovernado em direção ao abismo, mas ainda é possível desviar dessa rota de colisão. Para isso, cada um de nós deve se atentar ao seu papel na construção de um futuro mais sustentável, além de cobrar de nossas autoridades que façam sua parte para garantir que nossos filhos e netos tenham um mundo para viver, como nós vivemos.

Lugar de fala

Ricardo Viveiros (*)

Queiram aceitar ou não, em especial os que são preconceituosos e discriminatórios, o mundo vem avançando no combate às questões que insistem em desrespeitar certos grupos sociais por suas origens, realidades ou opções. Na busca de justiça, tais movimentos pela inclusão têm sido atacados em suas corajosas posições.

Dentre a terminologia praticada, a expressão “politicamente correto” é alvo de ridicularização. Há quem ache “chato” o respeito às mulheres, pretos, indígenas, LGBTQIAP+, idosos, obesos, religiosos, camponeses, portadores de deficiências físicas ou mentais, moradores de comunidades, refugiados, estrangeiros.

Nesse contexto, também há questionamento sobre a frase “lugar de fala”. Quem teria?

Para entender o que significa e como empregar sem polêmica essa expressão, a filosofia platoniana oferece: doxa, episteme e

sofia. Por fim, além de questionar quem pode ou não debater sobre os diferentes temas, importante saber que há um lugar de onde se fala e um lugar para onde se fala.

É comum dizer que branco não pode falar sobre preto porque não tem lugar de fala. Um rico não pode falar sobre pobreza porque, igualmente, não tem esse direito. Alguém hétero não pode falar sobre gay porque não pertence ao grupo. E por aí vai a polêmica que, às vezes, exacerba ao mesclar ideologia e/ou religião.

O antropólogo Darcy Ribeiro não poderia falar sobre problemas dos indígenas apenas porque não era um deles? Neste ponto entra a filosofia, nada vá ao contrário do que disse o poeta e dramaturgo inglês William Shakespeare. Uma coisa é comentar baseado em opiniões, crenças, boatos e, assim, não ter lugar de fala. Outra, entretanto, é falar com real conhecimento científico mesmo sem pertencer ao grupo do tema abordado. Por fim, terá também lugar de fala aquele que o fizer fundamentado em concreta experiência vivida.

A história da humanidade mostra que lutar, com conhecimento e responsabilidade, por direitos inalienáveis determina princípios importantes: justiça, generosidade, altruísmo, solidariedade, respeito. O lugar de fala será sempre legítimo, desde que não impeça a quem tenha real capacidade acadêmica ou prática de atuar pelo próximo, movido pelo amor e pela sincera preocupação com o bem-estar coletivo. Vale lembrar que o Brasil está entre os 10 países mais desiguais do mundo, pelo Índice de Gini (Banco Mundial), 2020. Defender direitos humanos exige muitas mentes e vozes.

Todos aqueles que preservam a qualidade do meio ambiente – terra, água, ar, flora e fauna – o fazem com legítimo lugar de fala. Somos parte integrante da natureza, vivemos neste mundo e precisamos preservá-lo. Ao olharmos ao redor, vamos perceber que todos os demais semelhantes na luta pela sobrevivência – não importa cor, gênero, religião, deficiências, origens, níveis – querem

e merecem tratamento igual, fraterno e digno para viver em uma sociedade livre e democrática. Saberes ancestrais alertam: “Quando nossa educação não reconhece nossa cultura e não age com base nela, não estamos sendo educados, estamos sendo colonizados”.

Liberdade de expressão exige responsabilidade de expressão. Este é o princípio maior do lugar de fala politicamente correto. Aquele que busca equilibrar razão e emoção com um único objetivo, o necessário respeito à cada pessoa como deve ser praticado pelos seres de boa vontade.

*RICARDO VIVEIROS, jornalista, professor e escritor, é doutor em Educação, Arte e História da Cultura; autor, entre outros, de “A Vila que Descobriu o Brasil” (Geração), “Justiça Seja Feita” (Sesi-SP) e “Memórias de um Tempo Obscuro” (Contexto).



Encantos se perdem?

Sonia Mazetto (*)

No Dia dos Namorados, somos envolvidos por uma atmosfera de romance e encanto. É um momento especial para celebrar o amor e cultivar os relacionamentos. No entanto, ao longo do tempo, muitos casais veem os encantos se perderem, questionando o que fazer para manter um relacionamento saudável.

Existe uma teoria conhecida como relação totêmica, que remonta a tempos antigos, onde totens eram utilizados como símbolos sagrados de proteção em determinadas áreas. Eles representavam animais e eram estrategicamente posicionados para afastar más energias. Havia uma distância segura entre o marco do totem e o mundo exterior, onde acredita-se que as energias negativas não ultrapassavam essa fronteira.

Trago essa analogia para aplicar a ideia de manter uma distância segura aos relacionamentos conjugais. Hoje casada com meu ex-marido, digo com propriedade que conquistar novamente a mesma pessoa é uma arte. No namoro, vivemos essa relação totêmica, onde existe uma distância pela realidade do convívio.

Quando nos encontramos com a pessoa amada, estamos em nosso melhor estado. Estamos cheirosos, lindos, preparados para aquele momento único. Nossa química ce-

rebral está em pleno funcionamento, com dopamina trabalhando intensamente. É uma realidade diferente, uma fase de conquista e encantamento, que eu costumava chamar de fase de “campanha”.

Então, por que o encanto do namoro se perde? A intimidade excessiva pode ser perigosa e até destrutiva. Preserva a própria intimidade, não é necessário que o parceiro veja todos os detalhes íntimos do outro. Não é preciso presenciar a troca do absorvente menstrual ou outras atividades pessoais no banheiro. Pois, se você deseja manter o encanto, há aspectos íntimos que podem incomodar o parceiro, mas ele nunca irá mencioná-los.

“Então, por que o encanto do namoro se perde? A intimidade excessiva pode ser perigosa e até destrutiva. Preserva a própria intimidade, não é necessário que o parceiro veja todos os detalhes íntimos do outro”

A ideia é diferenciar entre intimidade e encanto, reconhecendo que algumas coisas íntimas podem não contribuir para a magia do relacionamento. Como ser gentil e atencioso com a parceira no ambiente doméstico, evitando comportamentos que possam ser considerados desagradáveis. É comum as pessoas serem mais educadas e gentis com estranhos do que com seus próprios parceiros. Nesse sentido, os casais devem nutrir

o relacionamento por meio de experiências compartilhadas, pequenas atitudes como tomar um banho juntos até explorar novidades e buscar interesses em comum. O objetivo é manter a chama do encanto acesa, alimentando o amor e o respeito mútuo.

Compreender que existem diferentes perfis de linguagem e que o parceiro pode ter uma maneira distinta de sentir, compreender e se expressar. É essencial reconhecer essas diferenças e respeitá-las, ao invés de tentar impor. Afinal, a gente já aprendeu que a harmonia está nas diferenças e é importante aprender a valorizar e compreender essas diferenças.

O amor vai além da paixão avassaladora e arrebatadora dos primeiros momentos de um relacionamento. É um sentimento que se desenvolve ao longo do tempo, que precisa ser nutrido e cultivado diariamente. A paixão pode ser intensa, mas é passageira, enquanto o amor é duradouro e resiliente. É necessário aprender a apreciar e nutrir o amor nas pequenas coisas do cotidiano, encontrando alegria em estar junto, em admirar as ações do parceiro e em buscar constantemente novidades e experiências compartilhadas.

Amar é como cuidar de uma fogueira. Se não alimentarmos a chama do amor, ela pode se apagar. Precisamos buscar constantemente novos elementos e momentos para manter a essência do relacionamento viva. Às vezes,

pequenos gestos como preparar uma mesa bonita para um café da manhã especial ou surpreender o parceiro com algo inesperado podem despertar um sentimento renovado. Devemos viver a fase de conquista todos os dias, não apenas nos relacionamentos, mas em todas as áreas de nossa vida. É importante cultivar a paixão por tudo que nos cerca, pois quando somos apaixonados, sentimos um desejo ardente de experimentar, de descobrir e de viver intensamente.

As relações são complexas, e é normal enfrentar desafios ao longo do caminho. No entanto, se buscarmos uma relação totêmica, mantendo uma distância segura e preservando o encanto, podemos superar essas dificuldades. O amor verdadeiro é capaz de transcender as adversidades e nos fortalecer como casal. Então, vamos valorizar a essência do relacionamento, cultivar o respeito, a admiração e a alegria de estarmos juntos. Afinal, o amor pode se manter vivo e vibrante, desde que estejamos dispostos a nutri-lo e a mantê-lo aceso.

SONIA MAZETTO é Gestora de Potencial Humano, Terapeuta Integrativa, Fonoaudióloga e Palestrante



Maturidade digital

Filipe Bento (*)

A maior barreira das pessoas, no mundo, para alcançar resultados organizacionais é tentar superar muitas mudanças ao mesmo tempo. Essa foi a opinião de 10 mil entrevistados na nova pesquisa Global Human Capital Trends (Tendência Global do Capital Humano), da Deloitte. De acordo com o estudo, como as empresas estão enfrentando um momento de resignificação, à medida que as mudanças nos negócios e na sociedade continuam a pautar a trajetória das agendas humanas, para prosperar em um mercado repleto de adversidades, os líderes devem evoluir em conjunto com suas organizações.

Para isso, é imperativo que eles assumam um novo conjunto de fundamentos e mobilizem trabalhadores para galgar novos resultados. E, dentre esses princípios a serem adotados, destaque para uma relação, digamos, mais aprimorada entre tecnologia e pessoas.

Estamos falando aqui de maturidade digital. E isso não tem nada a ver com substituir o capital humano pelas máquinas. Pelo contrário: as pessoas pensam, são dotadas de sentimentos e emoções, são livres para serem criativas, para colocar em prática novas ideias e ter opiniões, ao passo que os robôs dependem do comando humano para executar suas tarefas, desde as mais simples até as mais sofisticadas.

Ocorre que, por mais que os líderes de negócios saibam disso na teoria, colocar isso em prática é o “outro lado da moeda”, bem mais complicado. Ou seja: apesar de compreenderem que um ambiente de trabalho maduro digitalmente, além de potencializar resultados e melhorar a relação com os clientes, traz a todos os envolvidos redução de retrabalho e transparência em relação às metas a serem atingidas, eles ainda têm dificuldades de relacionar pessoas e tecnologia para que produzam em consonância.

Na Br24, parceira da Plataforma Bitrix24 da América Latina, houve um aumento exponencial de empresas buscando serem mais digitais, principalmente depois da pandemia da covid-19, que trouxe o avanço do home office e o boom para o e-commerce, mas a verdade é que muitos gestores não sabem nem por onde começar o processo.

Uma parte pensa que “ser mais digital” é comprar tudo o que é lançado em matéria de tecnologia. Nós somos procurados também por indivíduos que acham que ter um mindset digital é ter uma internet de qualidade e pronto. Tem quem queira economizar e, portanto, aposta na tecnologia como substituta dos funcionários. A consequência de não saber bem o que está fazendo, em um ambiente que muda o tempo todo, é que o “tiro pode sair pela culatra”, como diz o ditado. Ou seja: a empresa pode fazer um pesado investimento e não obter progresso nenhum.

Pelo contrário: os softwares e programas adquiridos podem até se tornar um estorvo, com dados espalhados por vários locais, sem ligação alguma. Ou, na pior das hipóteses, a empresa passa a sofrer com a ausência de pessoas capacitadas para alimentar o sistema de forma precisa.

Segundo a consultoria empresarial McKinsey, ao passo que o nível de maturi-

dade digital dos empresários brasileiros está próximo ao dos líderes globais, por aqui a dificuldade está em “se manter digital”. De acordo com o levantamento, das 124 empresas de grande e médio porte participantes, a maioria enfrenta obstáculos na implantação de mapas e guias de equipes ao longo de um projeto; em preservar uma visão 360° sobre o cliente, o que é útil para a tomada de decisões; em reter talentos preparados para um modelo de negócio digital e analítico; e em conservar uma mentalidade digital baseada em dados nos níveis tático, estratégico e operacional.

E analisando o cenário hostil, podemos perceber que a “mudança de mentalidade” é hoje a maior dificuldade das empresas brasileiras na hora de atingirem o ápice da transformação digital por completo. E isso acontece porque, infelizmente, a maioria das pessoas é avessa a mudanças, preferindo se manter na zona de conforto, mesmo que esse lugar esteja desconfortável.

Confesso que eu também tenho meus receios de sair de um território aparentemente seguro, no qual eu me sinto com sensação de “total controle” para ir com destino a um território oculto, inexplorado. Contudo, hoje, não ser digital é sinônimo de erros e falhas, retrabalho, desperdício de tempo e dinheiro, clientes reclamando... Enfim, na condição de que “se correr o bicho pega, e se ficar o bicho come”, mudar parâmetros culturais e alcançar a maturidade digital não é mais uma opção, e sim uma condição imperativa para quem quer – e precisa – se manter no mercado.

FILIPE BENTO é CEO da Br24Brasília/Centro Oeste do IBGC.



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Projeto encaminhado pelo governo prevê RGA de 5,86% para os servidores públicos; renúncia fiscal deve chegar a R\$ 11,8 bilhões em 2024

Receita deve atingir R\$ 29 bilhões



Gabriel Soares

O governo de Mato Grosso encaminhou à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO/1999-2024), apontando uma estimativa de receita corrente líquida na ordem de R\$ 29,042 bilhões. Isso representa um aumento de 9,65% na comparação com a receita projetada para 2023, que foi de R\$ 26,486 bilhões.

O texto ainda será submetido a, pelo menos, duas audiências públicas antes de ser aprovado pelos deputados. Além de ouvir sugestões de segmentos sociais para o orçamento, as audiências públicas servem para tirar

dúvidas junto à equipe econômica do governo. De acordo com a justificativa do PLDO/2024, as diretrizes ora definidas estão em sintonia com os cenários político, econômico e social.

“O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 resulta da realidade econômica e financeira do Estado, considerando estimativas de receitas, de despesas e de metas fiscais em função da política fiscal vigente”, diz trecho da mensagem encaminhada à Assembleia.

O projeto encaminhado pelo governo já reservou o percentual da Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores públicos, no montante de 5,86%. Porém, o valor está atrelado ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do país, e ainda pode sofrer alteração até o final do ano.

Caso seja mantido no patamar atual, a folha de pagamentos do governo deve crescer R\$ 654,3 milhões no próximo ano devido à RGA. A previsão é que o reajuste salarial



Governo prevê crescimento de 9,65% na receita corrente líquida para o próximo ano, chegando a R\$ 29 bi

passa a valer já em janeiro de 2024.

RENÚNCIA FISCAL - O governo prevê que a renúncia fiscal deve atingir R\$ 11,8 bilhões em 2024. Os valores foram detalhados por tipo de tributo, sendo que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) responde pela maior parte da renúncia fiscal.

Conforme o texto, o governo pretende abrir mão de R\$ 10,7 bilhões de ICMS, R\$ 448 milhões de IPVA, R\$ 113 milhões de ITCD, R\$ 30 milhões em taxas e R\$ 455 milhões em juros e penalidades.

SOBRE A LDO - A proposta deve ser encaminhada, anualmente, até 30 de maio, para

a discussão e votação pelos parlamentares na Assembleia Legislativa. De acordo com a Constituição estadual, a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

Esse instrumento define as metas e prioridades do governo para

o próximo ano. É a lei que estabelece as regras para a formatação da Lei Orçamentária Anual e alcance das metas e desenvolvimento das ações previstas no PPA. Sua principal finalidade é orientar a elaboração dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento do Poder Público.

PROTECIONISMO

Mauro critica lei europeia que afeta exportações

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) criticou a legislação europeia que busca proibir a importação de produtos que venham de áreas desmatadas, medida que impacta os negócios que o Brasil tem com os países da União Europeia. Mauro comentou sobre o assunto durante a reunião com os governadores dos estados que compõem a Amazônia Legal, realizada na sexta-feira, 16 de junho, no Palácio Paiaguás.

Durante o encontro, Mendes afirmou que a norma é uma afronta à soberania do país e até mesmo às relações e tratados internacionais.

“O Brasil é hoje, talvez, um dos mais im-

portantes e relevantes exemplos de desenvolvimento sustentável, porque nós temos aquilo que é mais importante no mundo hoje, que é a produção de alimentos, contribuindo com a segurança alimentar do planeta. Temos também grandes ativos ambientais, que contribuem com a segurança climática do nosso planeta, e o mundo tem que nos respeitar”, destacou.

“Não pode fazer uma afronta dessas, porque a legislação brasileira, que é uma das mais resistentes do mundo, não pode ser desrespeitada, porque ela estabelece a possibilidade no bioma amazônico de utilizar-se 20% do seu território e nos demais biomas per-

centuais maiores, chegando a 65%”, complementou.

Mauro defendeu haja uma melhora na comunicação entre o Brasil e outros países, principalmente com os maiores importadores de produtos brasileiros, para evitar qualquer ruído de comunicação. Ele sustenta que o Brasil já preserva muito de seu território e, ainda assim, consegue ser o maior produtor de commodities agrícolas do mundo.

“Cabe a nós, entes subnacionais, também expressar que temos o direito de fazê-lo, mas uma negociação mais técnica e mais profunda tem que ser conduzida pelo nosso Itamaraty e pelas autoridades federais”, disse.



Mauro avalia que legislação europeia é uma afronta à soberania brasileira

PEDIDO DE CATTANI

Wilson recusa deixar vaga na Comissão de Ética



Wilson afirma que Cattani tem direito de pedir suspeição, mas descarta possibilidade de deixar a Comissão de Ética

Da redação

O deputado estadual Wilson Santos (PSD) disse que não tem interesse em sair da Comissão de Ética que vai julgar o deputado Gilberto Cattani (PL) por suposta quebra de decoro parlamentar. Cattani declarou que irá pedir para que o Colégio de Líderes reveja a indicação de Wilson para a comissão, sob o argumento de que o social-democrata é suspeito para julgá-lo.

Segundo o Cattani, Wilson foi quem criou toda a situação que está sendo posta em julgamento. Ele acusou o social-democrata de ter acesso a seus vídeos e enviado para jornalistas com objetivo de prejudicá-lo. Em um dos vídeos, a esposa de Cattani aparece mugindo, em ato de zombaria com as

notícias que informaram sobre a comparação que Cattani fez entre mulheres e vacas.

Wilson evitou fazer qualquer tipo de comentário e ressaltou que, neste caso, ele é o julgador e Cattani o réu.

“Olha, eu não posso fazer comentários porque eu estou na Comissão de Ética, eu estou na condição de julgador e ele de réu. Então, qualquer emissão de opinião pode contaminar o julgamento. É um direito dele e respeito, mas eu fui indicado pelo meu bloco e respaldado pelo presidente do Parlamento e vou cumprir a minha função de magistrado nessa Comissão. Então, eu não posso estar emitindo opinião nem batendo boca com réu”, disparou.

Apesar de não ter interesse em deixar o car-

go de vice-presidente da Comissão de Ética, Wilson comentou que o único jeito de retirá-lo é através de uma decisão da Presidência da Assembleia.

DEFINIÇÃO - Os blocos partidários da Assembleia Legislativa definiram esta semana os nomes dos deputados que irão compor a Comissão de Ética para julgar uma representação contra o deputado Gilberto Cattani (PL), acusado de falas misóginas ao comparar mulheres com vacas. Foram escolhidos: Elizeu Nascimento (PL), Janaina Riva (MDB), Júlio Campos (União), Max Russi (PSB) e Wilson Santos.

Os suplentes da Comissão de Ética também foram definidos. São eles: Dr. João (MDB), Dr. Eugênio (PSB), Paulo Araújo (PP), Diego Gui-

marães (Republicanos) e Cláudio Ferreira (PTB).

De acordo com a assessoria da presidência da Assembleia, o corregedor e o corregedor substituto terão o prazo de 30 dias para apurar os fatos e apresentar uma manifestação conclusiva.

A representação foi protocolada na semana retrasada pela presidente da Comissão da Mulher da OAB, Gláucia Amaral, e pela defensora pública-geral, Maria Luziane, pedindo a abertura de um procedimento ético contra Cattani, por quebra de decoro parlamentar. Elas também pedem que seja investigada possível prática, por parte do parlamentar, de discriminação contra mulheres e/ou desobediência aos deveres previstos na Constituição do Estado.

CASO CATTANI

Deputados definem nomes e cargos da comissão que irá julgar Gilberto Cattani por falas em que comparou a gravidez de mulheres e vacas

Comissão terá 30 dias para julgar



Da redação

A Comissão de Ética da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) terá o prazo de 30 dias para apresentar uma manifestação acerca da representação contra o deputado estadual Gilberto Cattani (PL), por quebra de decoro parlamentar após comparações misóginas entre mulheres e vacas.

Na segunda-feira, 12 de junho, os blocos parlamentares indicaram os nomes para analisar o caso. Foram escolhidos: Elizeu Nascimento (PL), Janaina Riva (MDB), Júlio Campos (União), Max Russi (PSB) e Wilson Santos (PSD).

Em seguida, eles definiram quem vai ocupar os principais cargos. Única mulher no parlamento, a deputada estadual Janaina Riva vai presidir os trabalhos. A vice-presidência ficou com Wilson Santos. Max Russi e Júlio Campos foram escolhidos para os postos de corregedor e corregedor-substituto, respectivamente. Do mesmo partido que Cattani, o deputado Elizeu Nascimento ficou apenas como membro.

A representação foi protocolada na semana retrasada pela presidente da Comissão da Mulher da OAB, Gláucia Amaral, e pela defensora pública-geral, Maria Luziane, pedindo a abertura de um procedimento ético contra Cattani, por quebra de decoro parlamentar. Elas pedem que seja investigada possível prática de discriminação contra mulheres e/ou desobediência aos deveres previstos na Constituição do Estado.



Única mulher na Assembleia, Janaina irá presidir sessão que julgará caso de Cattani

"Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para o Corregedor da Comissão de Ética, Deputado Max Russi, e o respectivo Corregedor Substituto, Deputado Júlio Campos, apreciarem a matéria dos fatos

noticiados pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e pela Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Mato Grosso (OAB-MT) em face do Deputado Gilberto Cattani, bem como para a Comissão de Ética

apresentar manifestação conclusiva", diz trecho do ato de nomeação da comissão, que circulou na edição do Diário Oficial desta terça-feira, 13 de junho.

Os suplentes da Comissão de Ética também

foram definidos. São eles: Cláudio Ferreira (PTB), Diego Guimarães (Republicanos), Dr. Eugênio (PSB), Dr. João (MDB) e Paulo Araújo (PP).

PUNIÇÃO - Na última semana, Botelho disse que caberá à Comissão de Ética estabelecer quais medidas que devem ser tomadas contra o parlamentar.

"A questão do deputado Cattani, evidentemente, eu vou conversar e formar a Comissão de Ética e encaminhar todos os pedidos para Comissão, que vai decidir e encaminhar à Mesa para darmos andamento. [...] E, com certeza, que algumas medidas devem ser tomadas", disse.

A comparação feita por Cattani gerou uma onda de protestos, principalmente de grupos feministas. Esse episódio fez com que a Assembleia ganhasse um apelido famoso da Câmara de Cuiabá nos tempos catastróficos: Casa dos Horrores.

IMPACTO DE R\$ 2,3 MI

Deputados aprovam criação de cargos no TJMT

Da redação

Por unanimidade, a Assembleia Legislativa aprovou um projeto de lei que cria 18 novos cargos de assessores para atender as demandas dos gabinetes dos Núcleos de Justiça 4.0 de Direito Bancário, Execução Fiscal e dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). A votação aconteceu durante sessão ordinária realizada na quarta-feira, 14 de junho.

De acordo com o texto assinado pelo Corregedor-Geral de Justiça, desembargador Juvenal Pereira da Silva, as novas funções vão colaborar para o aumento dos índices de produtividade das unidades, que, segundo ele, têm apresentado resultados exitosos desde a sua implementação, mesmo sem a presença de novos colaboradores.

Ele ainda ressalta que a propositura não cria novos cargos de juiz de direitos, "os quais permanecem a exercer a jurisdição de forma cumulativa, mediante designação após processo concorrential simplificado".

Conforme cálculo feito pela equipe do Poder Judiciário, o impacto desses novos cargos para este ano é de R\$ 1,4 milhão, contando de maio a dezembro. Para o próximo ano, a previsão é que o gasto com folha de pagamento chegue à cifra de R\$ 2,3 milhões. Para 2025, o TJ contabilizou gasto com pessoal de R\$ 2.398.206,83.

O texto veio acompanhado ainda de uma planilha referente aos gastos extra pessoal com os 18 novos cargos. De maio até dezembro de 2023, a previsão é de um gasto adicional de R\$ 491,5 mil, que sobe para R\$

770 mil em 2024 e R\$ 801 mil para 2025.

"A demanda deve ser analisada respeitada a fixação e previsão de valores junto ao PTA/2023 e à LOA/203, e em observância ao limite da despesa primária corrente fixados para Poderes e Órgãos, a Emenda Constitucional nº 108/2021 que estabelecem regramentos para Poderes e Órgãos. Portanto, as Coordenadorias de Planejamento e Financeira informam em conjunto que há recursos orçamentários e financeiros para implementar as despesas pleiteadas", diz trecho da justificativa do projeto de lei.

A proposta foi aprovada em primeira votação. Ela deve retornar ao plenário na próxima quarta-feira, 21 de junho, para conclusão do trâmite e, em seguida, será enviada para sanção do governador Mauro Mendes (União).

SE DEFENDEU

Cattani nega comparações e acusa Wilson de prejudicá-lo

Da redação

Alvo de uma representação na Comissão de Ética, o deputado estadual Gilberto Cattani (PL) disse que sua fala feita durante uma reunião da Frente Parlamentar de Defesa da Vida e Contra o Aborto foi retirada do contexto. Ele afirmou que em nenhum momento comparou as mulheres com vacas, como vem sendo noticiado desde que a polêmica começou.

"O que eu falei na Frente Parlamentar de Defesa da Vida e Contra o Aborto não foi, de maneira nenhuma, comparando mulher com vaca. Tudo isso foi criado pela imprensa, por parte da imprensa e pelos próprios deputados. Depois, as brincadeiras que eu fiz, eu fiz de forma particular. Não publiquei

aquele vídeo, apesar que já vi na mídia também que eu tinha publicado, depois apagado. É mentira, eu nunca publiquei aqueles vídeos", disse Cattani, em entrevista à imprensa na segunda-feira, 12 de junho.

Cattani comentou ainda que vai pedir para que o Colégio de Líderes reveja a indicação do deputado Wilson Santos (PSD) para a comissão. Segundo o parlamento, Wilson foi quem criou toda essa situação. Ele acusou seu colega de ter acesso aos vídeos e compartilhado em aplicativos de mensagens com objetivo de prejudicá-lo. Em um dos vídeos, Cattani pede desculpas às vacas por tê-las comparado com feministas.

"E o Wilson Santos teve acesso a esses vídeos, não sei de que

maneira, e ele soltou esses vídeos em todos os grupos de WhatsApp, na mídia, enfim, de uma forma geral. Então, ele está diretamente ligado à questão que criou sobre a minha pessoa. Então, ele está impedido de participar e nós vamos apresentar isso no Colégio de Líderes", frisou.

Cattani disse que o desentendimento entre ele e Wilson começou no plenário há duas semanas, após uma discussão sobre invasão de propriedade.

Wilson Santos foi indicado para a vice-presidência da comissão que irá julgar Cattani. De acordo com a assessoria da presidência da Assembleia, o corregedor e o corregedor substituto terão o prazo de 30 dias para apurar os fatos e apresentar uma conclusão.

"PROJETO ABSURDO"

PL do Transporte Zero é ilegal, afirma Ministério da Pesca

Da redação

O Ministério da Pesca e Aquicultura expressou sua posição contrária ao projeto de lei que proíbe o transporte e comercialização de peixes dos rios de Mato Grosso durante cinco anos. A posição técnica do ministério foi comunicada durante uma audiência realizada na quinta-feira (15), solicitada pelo deputado estadual Wilson Santos (PSD-MT) e pelos presidentes da Confederação Nacional da Pesca e Aquicultura (CNPAA), Edivando Soares de Araújo, e da Associação Segmentos da Pesca, Nilma Silva.

De acordo com eles, há grande preocupação entre os pescadores artesanais de Mato Grosso em relação ao projeto proposto

pelo governo estadual. Segundo o texto, com votação marcada para o próximo dia 28, a pesca só será permitida para fins amadores e esportivos, nos quais os peixes são fisgados e devolvidos ao rio.

Além disso, apenas a pesca de subsistência, na qual o pescador tem permissão para retirar peixes em pequenas quantidades apenas para consumo próprio, seria permitida. Fora dessas condições, o transporte, armazenamento e venda de peixes seriam proibidos no estado por um período de cinco anos. Durante esse período, o governo estadual propõe oferecer auxílio financeiro aos pescadores artesanais, além de cursos de capacitação.

A comitiva de Mato Grosso informou que en-

viará um pedido formal para que o Ministério da Pesca e Aquicultura emita um parecer técnico sobre o assunto. "Nossa posição em relação ao ordenamento pesqueiro é pública, nosso ministro André de Paula abordou esse assunto ontem em uma audiência na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, e quando recebermos o pedido, ratificaremos nossa posição por escrito com base em nossos argumentos técnicos", disse Carlos Mello, secretário-executivo da pasta.

O secretário nacional de Pesca Artesanal, Cristiano Ramalho, ao ler as informações sobre a proposta, inicialmente achou que eram notícias falsas. "Imagine se você disser aos advogados que eles

estão proibidos de advogar pelos próximos cinco anos. E nesse período eles receberão auxílio financeiro e cursos para mudar de profissão. Seria um absurdo completo. Fazer isso com os pescadores é igualmente absurdo", enfatizou.

O diretor do Departamento de Pesca Industrial, Armadora e Esportiva, Édipo Cruz, informou que o projeto de lei estadual viola a Lei da Pesca (Lei 11.959/2009). O artigo 3º da lei determina que cabe ao poder público regulamentar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira, conciliando o equilíbrio entre a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e

sociais, calculando, autorizando ou estabelecendo em cada caso.

O parágrafo primeiro do mesmo artigo é explícito ao afirmar que o ordenamento pesqueiro deve considerar as peculiaridades e as necessidades dos pescadores artesanais, de subsistência e da aquicultura familiar, visando garantir sua permanência e continuidade.

Dessa forma, priorizar a pesca amadora e esportiva em detrimento da pesca artesanal, como proposto pelo governo de Mato Grosso, viola a Lei da Pesca.

"Nossa posição é muito clara", diz o diretor Édipo Cruz. "A água é um ambiente de uso múltiplo, onde todas as modalidades de pesca podem coexistir de forma orde-

nada", acrescentou.

Os defensores do projeto, chamado de "Transporte Zero", argumentam que é necessário preservar as espécies nativas das bacias mato-grossenses, especialmente o dourado, o pintado e o cachara. O período de "moratória" de cinco anos na pesca seria destinado para que essas espécies se reproduzissem e gerassem populações maiores.

No entanto, a comitiva entregou estudos científicos que afirmam que o esforço de pesca não é responsável pela redução das populações de peixes nos rios. De acordo com esses estudos, o principal fator que contribui para a mortalidade dos peixes é a construção de barragens para usinas hidrelétricas ao longo dos rios.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudança da tributação para o destino pode retirar até 30% da arrecadação de MT e destruir capacidade de investimento do Estado, alerta Gallo

MT pode perder até R\$ 7 bilhões

**Da redação**

A mudança na forma de arrecadação prevista pela reforma tributária fará Mato Grosso perder até 30% de sua arrecadação. Essa é a análise feita pelo secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo, que prevê um prejuízo de até R\$ 7 bilhões para os cofres do governo estadual caso o texto seja aprovado da forma como está.

A perda na arrecadação acontecerá porque a reforma prevê a tributação no destino da mercadoria, e não mais no local de produção. Essa medida visa facilitar a desoneração das exportações, aumentando a competitividade brasileira no mercado externo, além de mitigar

a guerra fiscal entre os estados. Porém, Mato Grosso tem um mercado consumidor muito pequeno e é um dos maiores produtores do Brasil. Desta forma, seria fortemente prejudicado com a mudança na tributação.

“Se aprovado o modo como está hoje a reforma tributária, nós temos uma perda de 30% da arrecadação. Isso implica algo em torno de 6 a 7 bilhões de reais a menos de arrecadação, se a reforma tributária passar da forma como está”, afirmou Gallo, em entrevista realizada nesta sexta-feira, 16 de junho.

Gallo comentou que esse impacto acabaria com a capacidade de investimento do Estado, que ainda é carente de infraestrutura para o escoamento de sua enorme produção agropecuária.

“Hoje é um Estado que investe 5 bilhões de reais por ano, nós vamos investir 20 bilhões de reais em 4 anos, e nós não podemos interromper com esse ciclo de investimento num Estado que tem muita infraestrutura ainda por fazer e

que contribui com a balança comercial brasileira”, pontuou.

Uma proposta apresentada pelo governador Mauro Mendes (União) esta semana, durante reunião com o relator da reforma tributária, deputado federal Aguiinaldo Ribeiro (PP-PB), é a criação de um longo período de transição, para suavizar o impacto da reforma tributária. Dessa forma, os Estados teriam tempo para se adaptar às novas regras e planejar suas despesas.

“É uma transição de 50 anos e gradativamente a cada ano você vai migrando essa tributação da origem para o destino, começando com 2% ao ano. Nossa proposta é começarmos, nos primeiros 10 anos, com uma migração mais lenta de 0,5%. E aí vai crescendo gradativamente até a migração completa em 50 anos, para que possamos ter tempo de nos adaptar e possamos encontrar alternativas para manter o desenvolvimento econômico e o emprego”, explicou o governador, após a reunião.



Gallo defende que reforma tributária mantenha incentivo fiscal para indústrias se instalem no Centro-Oeste

‘Reforma vai exterminar empregos’

A reforma tributária vai exterminar empregos em Mato Grosso se for aprovada do jeito que está. A avaliação foi feita pelo secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo, em conversa com jornalistas na manhã de sexta-feira, 16 de junho.

Conforme o secretário, o texto atual da reforma acaba com a política de

incentivo ao desenvolvimento industrial nos estados do Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Atualmente, os estados dessas regiões têm incentivos fiscais para compensar a falta de infraestrutura e a distância dos grandes consumidores, que estão no Sul e Sudeste. “Nós não podemos concordar com o exter-

mínio do nosso programa de desenvolvimento industrial, que prevê um crédito, um incentivo fiscal para as indústrias que se instalam em Mato Grosso”, disse. “Nós não podemos concordar com o extermínio da competitividade de Mato Grosso na atração de investimentos para a indústria”, ressaltou.

INVASÕES DE TERRA

Grileiros estão se aproveitando, alerta Mauro

Gabriel Soares

O governador Mauro Mendes (União) alertou que grileiros profissionais estão aproveitando a tentativa de onda de invasões de terras organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) para se beneficiar, especialmente em Mato Grosso. A afirmação foi feita na manhã de quarta-feira, 14 de junho, em entrevista à Jovem Pan News.

Ao ser questionado sobre a CPI do MST, no Congresso Nacional, Mauro ressaltou a importância histórica do MST na luta pela reforma agrária, mas apontou que o movimento cometeu “alguns exageros”, com invasões de terras e “coisas que considero inapropriadas”. Apesar disso, ele enfatizou que

a onda recente de invasões de terras em todo o país não pode ser atribuída apenas ao MST.

“O movimento dos Sem Terra teve, ao longo de sua história, uma importância, cometeu alguns exageros, invasões e coisas que eu considero inapropriadas para o passado, o presente e, principalmente, para o futuro do nosso país”, afirmou. “Aqui no estado de Mato Grosso, a nossa tolerância tem sido zero. Não só com o MST, vamos reconhecer que aqui e em muitos lugares do Brasil, não é o MST, são grileiros de terra, também, que estão aproveitando essa tentativa de onda de invadir terra”, complementou.

Para reforçar seu argumento, Mauro citou uma tentativa de invasão de terras em Ribeira

ção Cascalleira no mês de maio. O grupo criminoso tinha uma grande estrutura de apoio, incluindo contêineres com ar-condicionado e carros de luxo. Além disso, havia dois policiais militares da reserva entre os 12 presos.

“Um dia desses, nós pegamos aqui uma invasão que os caras chegaram lá para invadir terra e tinha contêiner com ar-condicionado, carreta, carros de luxo invadindo uma terra. E não teve moleza não. A polícia chegou e prendeu todo mundo em menos de 24 horas”, enfatizou.

“Todas as invasões que tentaram fazer aqui em Mato Grosso [...] neste ano, nós atuamos em 24 horas com a Polícia Civil e Militar, prendemos, levamos para a delegacia e as pessoas

estão respondendo por esbulho possessório”, emendou.

Questionado especificamente sobre o que pensa da CPI do MST, Mauro afirmou que o Congresso Nacional precisa apresentar resultados concretos para o país com essa investigação, para não cair na “vala comum” de CPIs que não têm resultados práticos, como já ocorreu no passado em várias ocasiões.

“Eu acho que a CPI é um papel importante do Congresso Nacional. Agora, o Congresso Nacional tem que tomar cuidado, porque tantas e tantas CPIs já foram feitas nesse país e, muitas vezes, o resultado foi muito aquém daquilo que poderia ser e, principalmente, daquilo que a população brasileira espera”, concluiu.



Mauro resalta que MT tem tolerância zero contra invasões: “atuamos em 24 horas”

REORGANIZAÇÃO

Russi assume a Comissão de Direitos Humanos



Russi vai substituir Cattani na presidência da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia

Da redação

O deputado estadual Max Russi (PSB) vai substituir Gilberto Cattani (PL) na presidência da Comissão Permanente de Direitos Humanos, Defesa da Mulher, Cidadania, Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso da Assembleia Legislativa. A decisão foi adotada pelo presidente do parlamento, deputado Eduardo Botelho (União), na segunda-feira, 12 de junho, quando retornou à presidência.

Cattani foi retirado do posto após falas misóginas, nas quais comparou mulheres com vacas. Seus discursos resultaram também contra ele

uma representação na Comissão de Ética por quebra de decoro parlamentar.

No ato publicado na edição do Diário Oficial da Assembleia que circulou nesta terça-feira, 13 de junho, Botelho retirou Elizeu Nascimento (PL) da suplência para que assumira a titularidade dos trabalhos.

Além de ter substituído Cattani na presidência da comissão, Russi foi indicado para ser o corregedor, como relator, do processo contra o deputado na Comissão de Ética. Com a ajuda do corregedor-substituto, deputado Júlio Campos (União), terão 30 dias para apresentar um re-

latório sobre a representação.

Depois de ter sido indicado pelo seu bloco parlamentar para compor a comissão, Russi disse à imprensa que os integrantes não devem ceder às pressões populares e basear o relatório com base nas regras previstas no Regimento Interno da Assembleia.

“Não é pressão que deve mover nenhum dos deputados. Cada um tem que analisar com a sua consciência aquilo que realmente existe e qual vai ser a punição. Isso aí a comissão vai ter que fazer um estudo, junto com a Procuradoria, junto com todo mundo, para a gente ver qual vai ser o encaminhamento

dado pela comissão. Eu adiantar alguma coisa agora é muito cedo, mas a pressão popular está muito grande”, disse.

REPRESENTAÇÃO - Presidente em exercício da Assembleia Legislativa na ocasião, a deputada estadual Janaina Riva (MDB) determinou na quarta-feira, 31 de maio, a instalação de uma Comissão de Ética da Casa para analisar o requerimento de investigação e afastamento contra o deputado estadual Gilberto Cattani, pelas falas recentes comparando mulheres às vacas. O pedido foi protocolado pela Comissão de Mulheres da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MT).

SAÚDE DE CUIABÁ

Na decisão, o desembargador Orlando Perri afirma que a intervenção já apresentou diversas melhorias no sistema de saúde de Cuiabá

Intervenção vai até o final do ano

Gilberto Leite



Da redação

O desembargador Orlando de Almeida Perri, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), decidiu pela prorrogação da intervenção do Estado na Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá. A intervenção se encerraria no domingo (11), mas agora continuará em vigência até o final de 2023. A decisão proferida neste sábado, 10 de junho, atende ao pedido do procurador-geral de Justiça, Deodete Cruz Júnior, e seguiu o parecer do conselheiro Sérgio Ricardo, do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT).

Na decisão, Perri afirma que a intervenção já apresentou diversas melhorias no sistema de saúde de Cuiabá, entre elas a redução do tempo de espera por internação em casos de alta complexidade, que caiu de 30 dias para pouco mais de três dias.

"A exceção fica por conta dos pacientes vasculares e cardio (cateterismo), onde o tempo de permanência é maior, fazendo-se necessária atuação da gestão para busca na diminuição desse período", diz trecho da decisão.

Outro ponto apresentado por Perri em sua decisão é que o sentimento externado pela maioria dos profissionais da saúde pública é positivo e isso teria contribuído para uma melhora visível na prestação de serviço de saúde pública na rede de assistência secundária do Município de Cuiabá após o processo de intervenção.

Na decisão, Perri relata que, durante os meses de intervenção, foi possível analisar e fazer um diagnóstico das unidades de saúde em Cuiabá.

"O diagnóstico situacional de cada unidade por parte da Equipe de Intervenção possibilitou o levantamento das di-

vergências e convergências dessas unidades. A redefinição e unificação do papel do enfermeiro como responsável pelo atendimento nas unidades, a definição e criação de fluxo interno de processo, a criação do NIR (Núcleo Interno de Regulação) em algumas unidades são alguns exemplos que têm contribuído para a melhoria do processo de atendimento como um todo", diz trecho da decisão.

PROBLEMAS TERCEIRIZADOS - Ao falar dos pontos negativos apontados nos relatórios do período de intervenção, Perri destacou que eles não se devem a ações ou omissões da equipe de intervenção, mas sim à situação crítica das unidades de saúde em Cuiabá. O primeiro ponto abordado pelo desembargador foi o problema com os funcionários de empresas terceirizadas que prestam serviço à Saúde da capital.

"O primeiro ponto a ser destacado, e que merece uma acurada atenção por parte da atual gestão, é no tocante à efetiva prestação de serviços por parte das empresas médicas terceirizadas. Apesar da sensível melhoria no quadro de atendimentos médicos nessas unidades, faz-se necessário ressaltar que muitos desses profissionais, ligados às empresas terceirizadas, não se comprometem com serviço público como aqueles de carreira da SMS", relata Perri.

Ainda sobre os prestadores de serviços das empresas terceirizadas, Perri listou uma série de problemas encontrados pela equipe de intervenção, como saídas não-programadas e injustificada de plantões, excesso de tempo em repouso e atendimento privilegiado a pacientes particulares. Além disso, o desembargador cita uma situação que está persistindo mesmo com o incentivo financeiro do Estado, que são as faltas não-justificadas nos horários de plantão, especialmente no fim de semana.

"Desse modo, se faz necessário a intensificação das notificações por parte dos gestores dessas unidades aos RT's dessas empresas, bem como reportar aos seus gestores imediatos de



Dentre as medidas, estão as cirurgias dia e noite, consultas de domingo a domingo e bonificações aos profissionais da Saúde

forma que a execução do contrato por partes dos médicos terceirizados seja proativa, temporária e efetiva durante o plantão contrato. Em caso de resistência e/ou continuidade dessas intercorrências, verificar a possibilidade de resolução desses acordos", assevera o desembargador.

VEJA AS MEDIDAS QUE A INTERVENÇÃO

I: Implantação imediata do programa de cirurgia Dia e Noite, em turnos atualmente não utilizados, de modo que em 31/12/2023 a espera por cirurgia aguarde o prazo máximo e razoável de até 180 (cento e oitenta dias). Caso não seja possível cumprir esse prazo com o esforço dos servidores municipais da Saúde, o gabinete deve recorrer à contratação de serviços da rede privada.

II: Implantação e execução imediata de consultas e exames de domingo a domingo, até realizar o atendimento de todas as pessoas que estão na fila.

III: Reforma padronizada com início imediato, de todos os prédios sob a gestão da atenção primária, incluindo 67 PSFs e 10 clínicas odontológicas.

IV: Unificação do sistema de regulação de urgência e emergência

V: Garantia de recursos conforme previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), com a retenção dos recursos de IPVA e ICMS a serem retidos da cota-parte do Município de Cuiabá, além dos repasses do tesouro do

Estado de Mato Grosso, previstos em lei.

VI: Apresentação de um plano para a quitação de todas as dívidas remanescentes com fornecedores, débitos esses existentes e comprovados em período pré-intervenção

VII: Possuir, permanentemente, à disposição nas unidades de saúde, todos os medicamentos padronizados na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename)

VIII: Confecção da Lei Orçamentária Anual (LOA), com o indispensável acompanhamento simultâneo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

IX: Proteção aos servidores e colaboradores que auxiliam e estão inseridos nos trabalhos da equipe interventiva, contra qualquer medida que possa caracterizar abuso de autoridade ou desvio de finalidade, quando do término dos trabalhos, garantindo-se o regresso e permanência de todos aos postos de trabalho de origem, até o término da atual gestão municipal, respeitados os regimes jurídicos de cada vínculo laboral

X: Regularização do pagamento do adicional de insalubridade, considerando-se, necessariamente, os parâmetros técnicos de efetiva exposição do servidor, cuja retribuição pecuniária deverá corresponder ao grau e risco

XI: Reformulação do benefício Prêmio Saúde, devendo ser contempla-

das, dentre outras, métricas de produtividade e incentivo para atuação nas unidades de saúde mais distantes

XII: Adoção de providências para a promoção da atualização da Programação Pactuada Integrada (que, desde 2009, não ocorre)

XIII: Adoção de providências no sentido de melhorar a habilitação, credenciamento e produção das unidades de saúde, a fim de garantir o incremento de recursos de cofinanciamento por parte da União e do Estado (providência fundamental, porquanto a falta de relatórios implica na perda recorrente de recursos)

XIV: Credenciamento na PNAISP (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional), com disponibilização de equipe na Penitenciária Central do Estado

XV: Em razão da necessidade de melhoria na divulgação das campanhas institucionais, a fim de melhorar, dentre outros, os índices de cobertura do Programa Previne Brasil, a designação, dentre as 64 agências de publicidade contratadas pelo Município, de agência para atender a Intervenção, devendo a divulgação ocorrer por meios de comunicação de maior alcance, cabendo à Equipe de Intervenção e Comissão do TCE/MT a respectiva aprovação, em conjunto, da criação, produção e plano de mídia, ficando a Se-

cretaria de Comunicação do Município de Cuiabá responsável, exclusivamente, pelo pagamento até o limite mensal de R\$ 668.750,00,) consoante orçamento previsto na LOA 2023.

XVI: Promoção da reestruturação da Atenção Secundária, com a concentração dos serviços de pronto atendimento nas Unidades de Pronto Atendimento, a fim de facilitar a reorganização da rede e garantir o incremento de recursos por parte dos entes federados, uma vez que os atendimentos realizados em Policlínicas não são contemplados pelo Ministério da Saúde para fins de cofinanciamento;

XVII: Apresentação de planilha de pagamento de fornecedores, distinguindo-se os fornecedores que continuaram ou começaram a prestar serviços ou entregar bens após o início da intervenção (que deverão ser pagos em dia) dos fornecedores com créditos anteriores à intervenção

XVIII: Priorização do pagamento dos serviços prestados durante o período da intervenção; quanto aos valores pendentes fica, desde já autorizada, a renegociação com a possibilidade de concessão de desconto por parte dos fornecedores, independentemente de observância da ordem cronológica pagamento

XIX: Inauguração, ainda no mês de junho, da UPA Leblon

XX: Cumprimento de todas as decisões judiciais pendentes.

LEVANTAMENTO APONTA

Quinze mil crianças aguardam por uma vaga em creches no estado

Da redação

Mato Grosso tem quase 15 mil crianças na fila de espera por uma vaga em creche, de acordo com um levantamento realizado pelo Gabinete de Articulação para Efetividade das Políticas de Educação (Gaepe-MT). Os dados, obtidos por meio de um questionário respondido pelos 141 municípios do estado, revelam a difícil situação enfrentada pelas famílias que buscam vagas nas creches públicas e filantrópicas.

A pesquisa, resultado de uma colaboração en-

tre diversas instituições, incluindo o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e o Ministério Público do Estado (MPE-MT), revela que 56% dos municípios possuem fila de espera em creche. As estatísticas mostram que 1.893 crianças de 0 a 1 ano, 5.187 crianças de 1 a 2 anos, 4.496 crianças de 2 a 3 anos e 3.307 crianças acima de 3 anos aguardam por uma vaga.

A partir dos dados obtidos no levantamento, o Gaepe-MT

pretende identificar as áreas de colaboração entre o estado e os municípios que precisam ser aprimoradas. O presidente da Comissão Permanente de Educação e Cultura do TCE-MT, conselheiro Antonio Joaquim, sugeriu uma mobilização junto à Assembleia Legislativa para a inclusão de recursos no orçamento, a fim de auxiliar os municípios no combate a essa carência de vagas.

"Se conseguirmos que conste no orçamento recursos para suprir essa deficiência de quase 15 mil vagas, já valeu

a pena o Pacto Interinstitucional pela Educação na Primeira Infância no estado. Vamos levar para a Assembleia inserir no orçamento os recursos necessários para zerar essa demanda, de forma institucional e organizada. Essa é uma decisão política e é aí que o Gaepe-MT vai fazer a diferença. Só vai zerar se houver recurso para os municípios carentes, que não têm como resolver o problema sozinhos", salientou o conselheiro.

A importância do cofinanciamento por parte do governo es-

tadual e federal também é destacada pela oficial de comunicação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Ida Pietricovsky Oliveira. Ela ressalta a necessidade de uma colaboração efetiva entre os sistemas governamentais e a construção de uma lógica que demonstre que os direitos das crianças são uma preocupação coletiva. Para implementar políticas eficazes, muitos municípios dependem desse apoio financeiro.

O Gaepe-MT, fruto de uma parceria entre

o Instituto Articule, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), tem como objetivo aprimorar a governança horizontal, multissetorial e multinível na área da educação no estado. Além do TCE-MT, fazem parte desse gabinete diversas instituições, incluindo o Ministério Público de Contas (MPC), a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), entre outras.

ACENO AO AGRO

Lula manda Incra indicar terras improdutivas em todo o país para fazer reforma agrária pacífica e promete lançar novo Plano Safra

“Não precisa mais invadir terra”

Ricardo Stuckert/PR

**Da redação**

O presidente Lula (PT) afirmou na terça-feira, 13 de junho, que pediu ao ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, para fazer um levantamento de todas as terras ociosas no país que ainda podem ser destinadas à reforma agrária. Alvo de críticas devido às invasões promovidas pelo Movimento dos Sem Terra (MST), Lula afirmou que não é mais preciso “invadir terra” nem “ter barulho” para fazer a reforma agrária.

A questão foi abordada durante a 1ª live realizada pelo presidente, similar à transmissão semanal que era feita pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Porém, o programa semanal

“Conversa com o presidente” será apresentado pelo jornalista Marcos Uchôa.

“Eu quero que o Incra me dê a totalidade de terras ociosas que ele acha que tem no Brasil. É em torno disso que a gente vai discutir com a Contag, com o Sem Terra, para que a gente possa fazer os assentamentos necessários com tranquilidade. Não tem porque haver luta ou guerra”, disse Lula.

“Nós vamos continuar fazendo reforma agrária, porque aonde precisar assentar gente nós vamos assentar. Não precisa mais invadir terra. Se quem faz o levantamento da terra improdutiva é o Incra, o Incra que comunique o governo quais são as propriedades improdutivas em cada estado. A partir daí, vamos discutir a ocupação. É simples. Não precisa ter barulho”, emendou.

PLANO SAFRA - Lula afirmou ainda que os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário vão anunciar um novo Plano Safra em breve, com recursos tanto para os

grandes produtores quanto os agricultores familiares. Ele ressaltou que o Brasil precisa de agricultores de todos os tamanhos, pois o trabalho deles se complementa na garantia da segurança alimentar.

“Nós vamos anunciar o Plano Safra agora, tanto para a agricultura familiar quanto para o agronegócio, e eles vão perceber que da parte do Governo Federal não há objeção”, disse. “O que queremos é que todos produzam, cresçam e que o Brasil cresça junto”, completou.

ESTOQUE E PREÇO MÍNIMO - O presidente abordou ainda a necessidade de um estoque regulador garanta o abastecimento interno em caso de crises. A formação de estoques públicos assegura preço e renda ao produtor e garante o abastecimento interno.

“Se tiver uma crise de alimento no mundo, temos que ter garantia de que não vai faltar nem o arroz e nem o feijão para o nosso povo. Daí porque a gente tem que incentivar o plantio e, ainda, para o pequeno, preci-



Lula afirmou que novo Plano Safra terá recursos tanto para o agronegócio quanto para o agricultor familiar

samos criar uma coisa chamada preço mínimo. Para que a gente garanta que o cidadão, ao plantar e quando colher, se estiver baixo o preço, ele não perca. Que receba pelo menos o que investiu”, avaliou.

AGRONEGÓCIO - Lula ainda fez questão de deixar claro que não existe qualquer problema entre o Governo Federal e áreas do agronegócio brasileiro. Ele inclusive lem-

brou que em seus dois mandatos anteriores o Governo trabalhou em medidas de incentivo ao setor que foram determinantes para fortalecer o setor.

“Eu nunca tive problema com o agronegócio. Eles sabem tudo o que fizemos por eles. Sabem que temos muita responsabilidade com o salto de qualidade que deu a agricultura brasileira por causa do fi-

nanciamento que fazíamos, o financiamento de máquinas. No nosso tempo, uma dessas máquinas colheitadeira grandes, que parece um robô, era financiada com dois por cento de juros ao ano. Hoje, eles estão pagando 14 ou 18 por cento de juros ao ano. Eles sabem que do ponto de vista econômico eles não têm problemas conosco”, recordou Lula.

ALTA DE 11%**Produção industrial brasileiro se mantém estável****Da redação**

Quando verificado com o mesmo mês do ano passado, ao média do setor industrial brasileiro assinalou redução de 2,7%. O relatório do IBGE destaca cautela do setor desde a pandemia da Covid-19, com relação ao desabastecimento de insumos e encarecimento das matérias-primas. Mato Grosso, no entanto, apresentou

aumento de 11% em abril na comparação com o mesmo mês de 2022, graças ao desempenho dos setores de produtos alimentícios (carnes de bovinos frescas ou refrigeradas) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (álcool etílico).

A alta de dois dígitos é a segunda maior entre as demais unidades da federação, atrás somente do Rio Grande

do Norte, com alta de 14,5%. Já no acumulado dos últimos 12 meses o crescimento da indústria mato-grossense foi a maior do país, com elevação de 9,9%.

O gerente do Observatório da Indústria, Pedro Máximo, alerta para o saldo negativo observado na produção industrial de Mato Grosso no acumulado deste ano. De janeiro a abril, a queda foi de 3,6%.

“Está difícil superar os índices de crescimentos registrados em 2022 que foram muito positivos e mostrava uma fácil recuperação diante do péssimo desempenho da indústria em 2021, em função do período pandêmico”.

O presidente da Federação das Indústrias,

Silvio Rangel, ressalta que mesmo com uma queda com relação ao ano anterior, há uma perspectiva positiva para o longo do ano em razão do cenário macroeconômico.

“A queda do dólar e a possível queda da taxa de juros sinalizada pelo Banco Cen-

tral sugerem um ano de bom cenário de negócios, especialmente para Mato Grosso. Além disso, novos negócios com o mercado Chinês e um consumo acelerado mostram uma necessidade de aumento de produção, que pode ser muito positivo para Mato Grosso”.

À FRENTE DO PAÍS**Industria cresceu 11% em abril de 2023 na comparação com abril de 2022****Da redação**

A produção industrial de Mato Grosso cresceu 11% em abril de 2023 na comparação com abril de 2022 e seguiu na contramão do país, que apresentou redução de 2,7% no mesmo período. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), divulgados na terça-feira (13.06). É o segundo melhor desempenho do país, abaixo apenas do Rio Grande do Norte.

No comparativo dos últimos 12 meses, o crescimento industrial do Estado saltou para 9,9%, o maior índice entre os 15 Estados pesquisados pelo IBGE mensalmente.

Dentre os motivos para o desempenho estadual estão os setores de produtos alimentícios (carnes de bovinos frescas ou refrigeradas) e coque, produtos

derivados do petróleo e biocombustíveis (álcool etílico).

O secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, César Miranda, aponta que Mato Grosso já vem há algum tempo avançando entre os estados em que o setor industrial se destaca. Ele atribui esse movimento também ao cenário econômico criado pelo governador Mauro Mendes.

“Estamos colhendo o que foi plantado desde 2019. A concessão de benefícios fiscais de forma ágil, desburocratizada e séria trouxe empresas para o Estado e gera a confiança do empresariado. Além disso, a política de redução de impostos, o pagamento dos servidores em dia que injeta recursos na economia, os fornecedores recebendo em dia, tudo isso resulta no desempenho não somente da indústria, mas também do agronegócio”, comentou o secretário.

Ele lembrou ainda que somente em abril, Mato Grosso teve saldo positivo de 3.678 novos empregos de carteira assinada, conforme os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), além de ter uma das menores taxas de desemprego do país.

“Depois do setor de serviços, a indústria foi o segundo setor que mais contratou mão de obra em abril, com 852 novas vagas. A maioria foi pessoas jovens de 18 a 24 anos com ensino médio. Nosso Estado tem empregos. O Governo tem incentivado os empresários a fazer investimentos via Desenvolve-MT, MT Garante, as linhas de crédito via FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste) Empresarial ou Rural, além dos benefícios fiscais. Mato Grosso está em um bom momento econômico”, destacou César Miranda.

CASA DOS VIDROS
www.casadosvidrosmt.com.br

Estamos no mercado desde 1991 atuando no ramo vidreiro. Nossa maior prioridade é a satisfação de nossos clientes, buscando cada vez mais a excelência em nossos produtos e qualificando nossos profissionais.

Esquadrias de ALUMINÍO

LINHAS:

- ⊗ Suprema
- ⊗ Gold
- ⊗ 30 Infinite
- ⊗ 42 Reforçada

CORES:

- ⊗ Bronze
- ⊗ Branca
- ⊗ Prata Fosco
- ⊗ Amadeirado
- ⊗ Preto

SERRALHERIA COMPLETA
Máquinas de última geração

Vidraçaria & Serralheria

Todos os nossos produtos são fabricados com equipamentos de última geração e com a mais alta tecnologia. A utilização de matéria prima da melhor qualidade garante a durabilidade dos nossos produtos.

NOSSOS PRODUTOS

- ⊗ Envidraçamento de Sacadas
- ⊗ Guarda-Corpo de Vidro
- ⊗ Box para Banheiro
- ⊗ Esquadrias de Alumínio
- ⊗ Espelhos
- ⊗ E muito mais...

Fale Conosco
(65) 3642-3344
Ligue agora!

Av. Gonçalo Antunes de Barros, 285
Bosque da Saúde, Cuiabá - MT, 78050-175
www.casadosvidrosmt.com.br

ALÍVIO NO BOLSO

Com corte de 13 centavos, preço da gasolina na refinaria chega ao menor patamar desde junho de 2021; redução ao consumidor será 'mais tímida'

Petrobras reduz preço da gasolina

Gilberto Leite



Gabriel Soares

A Petrobras anunciou nesta quinta-feira, 15 de junho, mais uma redução no preço da gasolina que é vendida às distribuidoras. A partir de sexta-feira, 16, o preço do combustível terá redução de 13 centavos por litro, o que representa um reajuste de 4,66%. Com isso, o preço do litro de gasolina nas refinarias passará a custar R\$ 2,66.

Com esse novo corte, o preço da gasolina na refinaria está no menor patamar desde junho de 2021.

Considerando a mistura obrigatória de 73% de gasolina A e 27% de etanol anidro para a composição da gasolina comercializada nos postos, a parcela da Petrobras no preço da gasolina para o consumidor

será, em média, R\$ 1,94 a cada litro vendido na bomba.

Segundo a Petrobras, caso os demais agentes da cadeia do combustível (distribuidoras e postos) mantenham os valores de suas parcelas, o preço médio ao consumidor final poderá atingir R\$ 5,33 por litro, com base na última pesquisa feita pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Segundo o levantamento mais recente da ANP, o preço médio da gasolina atingiu R\$ 5,42 na semana encerrada no dia 10 de junho.

“Destaca-se que o valor efetivamente cobrado ao consumidor final no posto é afetado também por outros fatores como impostos, mistura de biocombustíveis e margens de lucro da distribuição e da revenda”, disse a empresa, por meio de nota.

Conforme a Petrobras, a redução no preço da gasolina tem como objetivo manter a competitividade dos preços da empresa frente às principais alternativas do mercado, para que a estatal tenha participação no mercado necessária para otimizar



Gasolina vendida ao consumidor tem adição de 27% de etanol, o que reduz o efeito do reajuste

seus ativos de refino de petróleo.

“Ciente da importância de seus produtos para a sociedade brasileira, a companhia destaca que na formação de seus preços busca evitar o repasse da volatilidade conjuntural do mercado internacional e da taxa de câmbio, ao passo que preserva um ambiente competitivo salutar nos

termos da legislação vigente”, pontuou.

COMBUSTÍVEL EM ALTA - Levantamento realizado pela ANP na última semana, encerrada no dia 10 de junho, aponta que o preço médio da gasolina no Brasil subiu 21 centavos. Esse aumento é devido à entrada em vigor da nova alíquota de ICMS sobre gasolina e etanol, que

passou a valor no dia 1º de junho.

O imposto passou a ser cobrado em um valor fixo por litro de combustível, estipulado em R\$ 1,22, único em todo o país. Antes, cada estado tinha uma alíquota, que representava um percentual do preço, variando de 17% a 18%.

Segundo a ANP, a mudança elevou o preço

da gasolina em 20 estados e Distrito Federal. Apenas quatro estados registraram redução no preço da gasolina - Alagoas (R\$ 0,05), Amazonas (R\$ 0,02), Ceará (R\$ 0,02) e Piauí (R\$ 0,03).

Em Mato Grosso, houve um aumento médio de 5% no preço do combustível, o que representa cerca de 20 centavos.

VEÍCULOS MAIS BARATOS

28 montadoras aderem ao programa de desconto

Gilberto Leite



Nove montadoras de carros colocaram 31 modelos no programa do governo para baratear veículos

Lucas Léon/ABR

Nove montadoras de carros, dez de caminhões e nove de ônibus aderiram ao programa do governo federal que prevê a redução de impostos para baratear o valor dos automóveis no Brasil. A informação foi divulgada nesta quarta-feira (14) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comércio e Serviços (MDIC).

Em relação aos carros de passeio, demonstraram interesse em participar do programa as montadoras Renault, Volks, Toyota, Hyundai, Nissan, Honda, GM, Fiat e Peugeot. Elas colocaram à disposição 233 versões de 31 modelos de automóveis. O MDIC informou ainda que “a lista é dinâmica, ou seja, as montadoras podem a qualquer momento incluir outros modelos, desde que comuniquem o MDIC”.

A lista completa dos modelos e versões organizada por ordem alfabética, com os descontos previstos, pode ser conferida aqui. Já a lista organizada pelo valor dos modelos pode ser acessada aqui.

Todas essas empresas pediram o máximo de recursos iniciais permitidos no momento da adesão do programa, ou seja, R\$ 10 milhões cada, sendo que seis montadoras - Volks, Hyundai, GM, Fiat, Peugeot e Renault - pediram crédito adicional de mais R\$ 10 milhões.

A soma dos pedidos representa R\$ 150 milhões, ou seja, 30% do teto de R\$ 500 milhões que poderão ser usados pelas empresas no abatimento de tributos para venda de carros mais baratos. Ainda segundo o ministério, “Na medida

em que usarem os valores solicitados, as montadoras podem pedir créditos adicionais. Essa possibilidade se esgota quando o teto de R\$ 500 milhões for atingido”.

Os descontos no valor final dos carros incluídos no programa do governo federal vão de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil, podendo aumentar a depender dos critérios usados pelas fábricas e concessionárias. O tamanho do desconto no preço dos carros vai depender de três critérios: menor preço, maior eficiência energética (menos poluente) e maior porcentagem de conteúdo nacional, que é o total de partes do carro fabricadas no território brasileiro. “Quanto maior a pontuação nesses critérios, maior o desconto”, afirma o MDIC.

ÔNIBUS E CAMINHÕES - Dez montadoras de caminhões aderiram ao programa para renovação de frotas, somando um volume de descontos de R\$ 100 milhões, o que representa 14% do teto de R\$ 700 milhões disponibilizados para essa categoria. As empresas que demonstraram interesse foram Volkswagen Truck, Mercedes-Benz, Scania, Fiat Chrysler, Peugeot Citroën, Volvo, Ford, Iveco, Mercedes-Benz Cars & Vans e Daf Caminhões.

No caso dos ônibus, nove montadoras aderiram ao programa. São elas: Mercedes-Benz, Scania, Fiat Chrysler, Mercedes-Benz Cars & Vans, Comil, Ciferal, Marcopolo, Volare e Iveco. Essas empresas solicitaram descontos em tributos que somam R\$ 90 milhões, o equivalente a 30% do teto de R\$ 300 milhões disponibilizados para as montadoras de ônibus.

PÉ NO ACELERADOR

Venda de veículos cresce 16,43%

Da redação

Maior fechou no ‘compasso de espera’ pelos incentivos do governo federal e apesar de o saldo ter sido positivo no quinto mês do ano, os números precisam ser analisados com cautela para se compreender o acumulado do ano. Os dados são da Fenabrave-MT (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores).

O mês de maio fez frente a abril com crescimento de 16,43%. Foram 9.453 unidades emplacadas contra 8.119 unidades de abril. Com mais dias úteis, a comparação mensal dá vantagem a maio onde todos os segmentos cresceram. Juntos, os automóveis e comerciais leves cresceram 9,39%. Já o

segmento de caminhões cresceu 25,52%, ônibus 527,27%, no segmento de motocicletas o crescimento foi de 18,6% e no segmento de implementos rodoviários a alta foi de 14,61%.

No entanto, o setor segura as comemorações quando avalia os dados do acumulado do ano. Nessa comparação, chama atenção as reduções nas vendas de automóveis, caminhões e implementos rodoviários. No último ano, a queda na comercialização de automóveis foi de 3,04%. Já os caminhões caíram 20,13% e os implementos rodoviários 19,51%.

Para acelerar as vendas de automóveis e comerciais leves, o governo federal anunciou, a poucos dias do encerramento do mês, a implantação

de medidas que visam a retomada das vendas e mais poder de compra ao consumidor. Entre as ações, está a redução de tributos.

SEM ILUSÕES - Em números absolutos, os quatro dias úteis a mais em maio (22 dias), favoreceram a alta de 16,4% nos emplacamentos de veículos em geral sobre abril (18 dias). Isso dá um falso sinal de retomada nas vendas.

Segundo o presidente da Fenabrave Regional Mato Grosso, Paulo Boscolo, para acentuar a redução nas vendas diárias de maio, o anúncio do governo inibiu muitos consumidores.

“O mês já apresentava lentidão nas vendas e ficou ainda mais com as medidas do governo, que fez com que os consumi-

dores esperassem as novidades e mais informações”, destacou Boscolo.

Paulo destaca que o segmento de motocicletas, que emplacou 18.580 unidades no acumulado do ano (alta de 28,89%), puxa muito para cima os percentuais. Enquanto isso, automóveis acumulam a queda de 3% e caminhões de 20,13%. Estes três segmentos formam o maior volume de vendas no setor automotivo.

“Precisamos olhar o total, mas igualmente cada segmento para não se enganar. Se os primeiros meses comprometerem a expectativa de alcançar até 8% de aumento nas vendas ao final do ano, espera-se que as medidas que o governo tem anunciado possam ajudar no fortalecimento das vendas”, destacou.